

**VIVER NO CAMPO E ESTUDAR NA CIDADE: o cotidiano dos alunos
em Palmelo-GO**

LAICY FERNANDA RIBEIRO MARTINS

LAICY FERNANDA RIBEIRO MARTINS

**VIVER NO CAMPO E ESTUDAR NA CIDADE: o cotidiano dos alunos em Palmelo
(GO)**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás / Câmpus Pires do Rio como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina Método e Metodologia de Pesquisa em Geografia II, sob a orientação do Professor Dr. Marajá João Alves de Mendonça Filho.

PIRES DO RIO-GO
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

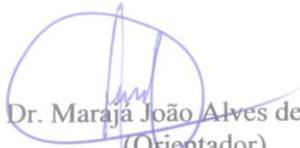
LAICY FERNANDA RIBEIRO MARTINS

VIVER NO CAMPO E ESTUDAR NA CIDADE: o cotidiano dos alunos em Palmelo (GO)

Esta monografia foi avaliada e aprovada como requisito parcial para obtenção do grau em Licenciada em Geografia.

Pires do Rio-GO, _____ de dezembro de 2017.

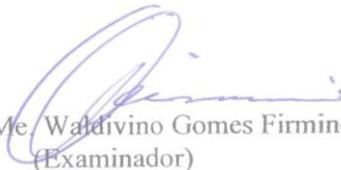
BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. Marajá João Alves de Mendonça Filho
(Orientador)
Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Pires do Rio-GO



Professora Dra. Cleusa Maria da Silva
(Examinadora)
Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Pires do Rio-GO



Professor Me. Waldivino Gomes Firmino
(Examinador)
Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Pires do Rio-GO

Dedico esta entre outras conquistas a Deus e aos meus amados pais José Ribeiro dos Santos e Cleide Maria Januário Martins e as minhas irmãs Layane Martins dos Santos, Tayse Amanda Januário Martins, por serem a razão da minha vida, autores do meu destino, meus guias, companheiros nas angústias e nas alegrias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta, colaboraram para que eu conseguisse chegar até aqui, pois nenhuma batalha é vencida sozinha, no decorrer desta luta muitos estiveram comigo, me motivando a conquistar a minha vitória e meu sonho.

Primeiramente quero agradecer a Deus, dono de tudo isso, que me concedeu vida, saúde e força para suporta as dificuldades, para chegar onde eu estou.

Agradeço a minha família a qual eu dedico está vitória, meu pai José Ribeiro dos Santos, minha mãe Cleide Maria Januário Martins, minha irmã Layane Martins do Santos, minha prima Djeime, minha sublinha Gabrielly e todos os meus familiares, que não só nesta etapa, mas em toda a minha vida estiveram ao meu lado fornecendo a compreensão e o incentivo em todos os momentos.

Agradeço a minha avó Geralda Marques da Silva que no segundo ano da faculdade, antes de Deus levá-la, me deixou uma frase que eu carrego no meu peito e que me deu forças para continuar “É difícil, mas no final vai dar tudo certo”.

Agradeço ao meu orientador Marajá João Alves de Mendonça Filho, a professora Cleusa Maria da Silva e ao professor Waldivino Gomes Firmino, que com imensa consideração dedicaram muito do seu tempo para que eu concluísse este trabalho, concederam com carinho estarem presentes em minha banca.

Agradeço também os meus amigos companheiros de sala que sempre estiveram ao meu lado principalmente a minha amiga, parceira de quatro anos, Deise Lane Lima dos Santos, que sempre que eu estava com problemas e dizia que pensava em desistir, ela com sua doçura me estimulava a continuar.

Também não poderia deixar de agradecer o motorista e os alunos das escolas que me receberam de braços abertos, para a realização da minha pesquisa.

Agradeço aos meus amigos Eduardo e o Edmar que dedicaram seu tempo para dar sugestões, livros, e ler meu trabalho, opinando no que eu poderia melhorar.

Agradeço a todos os professores que estiveram ao nosso lado durante essa caminhada, e a UEG que nos concederam a oportunidade de realizar este curso e crescer em conhecimentos.

“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.”

(ALBERT EINSTEIN)

RESUMO

O presente trabalho faz explanações acerca dos estudantes que vivem no campo e estudam na cidade de Palmelo (GO). A pesquisa tem por objetivo abordar algumas questões como: dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos estudantes, condições dos veículos que transportam os alunos do campo para a cidade, a quantidade de alunos do campo que estudam nas escolas. Os alunos que moram no campo e estudam na cidade dependem de transporte escolar para a realização do trajeto. Muitos alunos moram longe da escola e por isso percorrem longas distâncias a fim de participar das aulas na cidade. Serão realizadas pesquisas de campo para verificar as condições dos veículos, assim como conversar com os usuários do transporte escolar a respeito da rotina diária no interior dos veículos. Conversar com os transportadores procurando saber das dificuldades que porventura existam no processo de transporte de forma geral. Saber dos próprios alunos se há algum desconforto no transporte em função do tempo de viagem e se por algum motivo isso causa atraso nas principais atividades diárias. Muitos moradores do campo no Município de Palmelo (GO) não possuem meios de transporte para conduzirem seus filhos até a escola na cidade, ou se possuem, não tem condições econômicas para isso, sendo assim, o uso do transporte escolar é uma alternativa oportuna para que o processo ensino aprendizagem para de fato acontecer de forma mais eficaz. Para finalizar, chegamos à conclusão que a prefeitura de Palmelo- GO não importa muito com os alunos do campo, pois há um ano que o micro-ônibus está estragado e os funcionários do transporte sequer sabem que dia vai arrumar, buscando os alunos num veículo não adequado para este tipo de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Transporte Escolar. Palmelo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução da População Total, Urbana e Rural do Brasil– 1950-2000.....	25
Gráfico 2 – População Residente, por Situação do Domicílio e Sexo. Palmelo – 2010	26
Gráfico 3 – População Residente, por Situação do Domicílio e Sexo em Santa Cruz de Goiás – 2010	26
Gráfico 4 – População de Palmelo.....	29
Figura 1 – Localização do município de Palmelo no estado de Goiás.....	29
Figura 2 – Imagem de Satélite da Área Urbana de Palmelo e a Localização das Escolas	34
Figura 3 – Imagem de Satélite da Área Urbana de Palmelo e a Localização das Fazendas onde os alunos que utilizam o transporte escolar residem.....	40
Foto 1 – Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo – Palmelo	30
Foto 2 – Escola Municipal Joantina Darque – Palmelo	33
Foto 3 – Meio de Transporte escolar em Palmelo	37
Foto 4 – Veículo que faz o transporte escolar em Palmelo.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS	10
1.1 O Desenvolvimento da Educação no Brasil.....	10
1.2 Educação em Goiás.....	18
1.3 Fechamento das Escolas do Campo	24
2 VIVER NO MUNICÍPIO DE PALMELO	28
2.1 A História de Palmelo	28
2.2 O Perfil do Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo e Escola Municipal Joaquina Darque	30
2.3 Transporte Escolar de Palmelo	34
2.4 A Aprendizagem dos Alunos da Zona Rural em Relação aos Alunos da Zona Urbana.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz explanações acerca dos estudantes que vivem no campo e estudam na cidade de Palmelo (GO).

A pesquisa tem por objetivo abordar algumas questões como: dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos estudantes, condições dos veículos que transportam os alunos do campo para a cidade, tempo de permanência no interior dos veículos de transporte, quantidade de alunos que estudam no Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo e Escola Municipal Joanhina Darque, se todos que utilizam os veículos de transporte escolar estudam no mesmo Colégio em Palmelo ou se vão para outro estabelecimento de ensino.

Este sistema de apoio ao método educacional aos estudantes que vivem no campo será foco principal neste projeto de pesquisa.

Provavelmente muitos moradores do campo no município de Palmelo (GO) não possuem meios de transporte para conduzirem seus filhos até a escola na cidade, ou se possuem, não tem condições econômicas para isso. Sendo assim, o uso do transporte escolar é uma alternativa oportuna para que o processo ensino aprendizagem possa de fato acontecer de forma mais eficaz. Partindo deste pressuposto, pretende-se conhecer a vivência, assim como a trajetória dos usuários do transporte escolar no Município de Palmelo (GO), paralelamente, elucidar o grau de satisfação, sobretudo dos alunos em relação ao serviço prestado. E se porventura algum problema foi detectado, a proposta deste projeto será apontar possíveis medidas que visam solucionar os problemas encontrados. Observar a legislação vigente que norteia e direciona as políticas educacionais de acesso ao ensino, sobretudo as que se referem ao transporte escolar e, como dito anteriormente, propor, mesmo que minimamente, melhorias para os serviços existentes, no município de Palmelo (GO).

Esta monografia foi estruturada em dois capítulos. O primeiro faz uma abordagem sobre a educação no Brasil e em Goiás. O segundo apresenta os resultados da pesquisa, ou seja, os alunos que vivem no campo e utilizam o transporte escolar para estudar em Palmelo. E por fim, para fechar esse trabalho apresentam-se as considerações finais.

1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma breve exposição sobre a história da educação no Brasil. Estruturado sobre os seguintes tópicos: breve análise sobre o desenvolvimento da educação no Brasil com a chegada dos Jesuítas e o surgimento das escolas; História da educação em Goiás; como as escolas foram para as cidades; e porque o fechamento das escolas das zonas rurais em Goiás.

É importante enfatizar que o presente trabalho monográfico não pretende falar de forma específica sobre todo o processo que envolve a Educação no Brasil e sim expor um breve contexto a respeito do desenvolvimento da educação brasileira.

1.1 O Desenvolvimento da Educação no Brasil

A educação tem sido um assunto muito abordado e discutido no Brasil, já que o processo educacional vem se transformando há algumas décadas e a partir destas transformações que alguns autores fazem suas análises. Neste sentido este trabalho em questão utilizará alguns autores para fazer esta discussão como: Piletti (2002) e Alves (2009) que abordam os principais aspectos da Revolução na Educação Brasileira.

A educação brasileira teve início com a chegada dos Jesuítas em 1549, neste sentido deve se destacar que os encarregados pela evangelização, doutrina e “educação” dos índios, filhos dos gentios e também os cristãos eram dever dos padres, para isso os padres Jesuítas iniciaram o processo de educar com leitura, canto e literaturas que incentivasse a fé do cristianismo. Porém, para dar o incentivo à propagação da fé os portugueses trouxeram membros da Companhia de Jesus (PILETTI, 2002).

Vale ressaltar que inicialmente a Companhia de Jesus deu certo, mas isso não durou muito tempo e logo perceberam que seriam incapazes de converter os índios, sem que eles compreendessem a língua portuguesa, sendo inútil a realização da leitura e da escrita, e por consequência o índice de aprendizagem de todos e principalmente dos adultos seriam ainda mais difícil. Com o intuito de melhorar a qualidade do aprendizado os mesmo adotaram um método de ensino para as crianças, como por exemplo: ler e cantar já que com a música os mesmo se incentivavam e adquiriam mais conhecimento, elevando o número de índios alfabetizados e catequizados com a fé do cristianismo, sendo este o principal objetivo dos Jesuítas (PILETTI, 2002).

Neste sentido o autor Alves (2009, p.17) diz:

[...] seis jesuítas chegaram ao Brasil, tendo o Padre Manoel da Nóbrega como superior. Nóbrega havia entrado na Ordem em 21 de novembro de 1544. Com a autorização de D. João III, Rei de Portugal, aportam na Baía de Todos os Santos a 29 de março, meio século após a chegada dos portugueses. Vieram com o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, atendendo a solicitação do governo imperial para catequizar os nativos da Província de Santa Cruz. Os demais jesuítas eram: 15 Padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacomo.

Alves (2009) analisa na citação acima que com a chegada dos Jesuítas ao Brasil a corte viu a oportunidade de usar a Companhia de Jesus a seu favor, ou seja, usando a religião para exercer seus domínios nos índios que eram considerados como bárbaros e não civilizados pelos portugueses, mais como inicialmente não haviam construído escolas, as aulas eram ao ar livre ou em cabanas improvisadas. Porém, evangelizar não era o intuito exclusivo dos padres, mas também tinham o objetivo de erguer conventos e igrejas onde houvesse escolas.

Com o crescimento de índios alfabetizados e catequizados os portugueses resolveram expandir seus domínios ampliando em 1570, as escolas de instrução elementar, mantendo cinco unidades em: Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga; e logo após expandiu e criou mais três colégios em: Rio de Janeiro, Salvador e Olinda. (PILETII, 2002)

Mas é de suma importância ressaltar que o processo de catequização não foi aceito de forma totalmente passiva pelos índios, vendo que os reais intuídos dos portugueses eram de dizimar a cultura e tradição dos indígenas transformando assim todos em uma única civilização e cultura com os valores Europeus. Mas cada dia que se passava a cobiça e ambição dos bandeirantes ou portugueses aumentava, dando cenário para um período de escravização e desbravamento territorial.

Neste intuito os Jesuítas usavam o nome de Deus para ludibriar os indígenas dizendo que assim os mesmo seriam abençoados como analisa Piletti (2002. p.23):

[...] Não se trata de condenar os religiosos por isso, mas de perceber com clareza até que ponto eles estavam integrados na política de conquista, submissão e colonização. Tanto isso é verdade que, a partir do momento em que começaram a agir de forma independente em relação a tal política, os padres jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias.

Desta forma compreende-se que segundo análise do autor pode se interpretar que a ação dos Jesuítas durante alguns anos foi de grande valia para os Portugueses, mas em

determinado momento o acordo entre a Companhia de Jesus e os aqui citados Portugueses deixou de ser indispensável já que seus interesses estavam sendo contrários aos dos bandeirantes que por sua vez sentiram-se ameaçados pelos Jesuítas que se expandiram rapidamente e se tornaram independentes do Estado e da própria Igreja.

Com sua expulsão os Jesuítas deixaram para trás várias obras construídas espalhadas nas seguintes regiões como diz Piletti (2002, p.23):

[...] Ao serem expulsos, em 1759, mantinham 36 missões, escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias por onde se espalhavam suas 25 residências, além de dezoito estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, localizados nos pontos mais importantes do Brasil: Bahia, São Vicente (depois São Paulo), Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Paraíba, Santos, Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis (Desterro), Paranaguá, Porto Seguro, Fortaleza, Alcântara e Vigia.

Piletti (2002) relata na citação acima que os Jesuítas de fato foram muito importantes no Brasil, que dedicaram duas funções essenciais, a pregação da fé católica e o trabalho educacional. E ao serem expulsos deixaram o Estado com várias residências, e instituições de ensino dando início onde eles chegaram (Salvador), e esparramando rapidamente nas seguintes regiões, primeiro para o Sul e em seguida para o Norte.

Após a expulsão dos jesuítas ou a necessidade de uma reforma que atendesse os interesses dos colonos neste momento o Marques de Pombal, retoma a educação como essencial para o processo de ampliação e escravização dos índios, mas para que isso ocorresse de maneira adequada sem nenhuma interferência desnecessária e contrária aos interesses do estado, o mesmo torna a educação como responsabilidade única e exclusiva do Estado não mais dos Jesuítas ou da Companhia de Jesus.

Com isso o Marques de Pombal buscava melhorar a qualidade do ensino, e aumentar a qualidade educacional dos professores. Mas na realidade, não foi bem isso que aconteceu, antes da independência aumentaram as leis tornando cada vez mais distantes a qualidade do ensino da realidade, como demonstra Piletti (2002, p.36).

[...] Cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para determina a disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outras nem pertencia a qualquer escola. Não havia currículo, no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados, nem a duração prefixada se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria. O aluno se matriculava em tantas 'aulas' quantas fossem as disciplinas que desejasse. Para agravar esse quadro, os professores eram geralmente de baixo nível, porque improvisados e mal pagos, em contraste com o magistério dos jesuítas, cujo preparo chegava ao requinte.

Pode-se analisar que Piletti (2002) destaca a má qualidade do ensino e a falta de preparação dos educadores, ou seja, inicialmente qualquer um que tivesse interesse em lecionar e conseguisse um apadrinhamento dos governantes conseguiria entrar no magistério, diminuindo ainda mais o nível e a qualidade do ensino. Porém com o passar do tempo os governantes viram a necessidade de ampliar e melhorar a educação, trazendo de outros lugares vários mestres e profissionais tornando assim mais rígido o ensino. Mas vale ressaltar que isso só foi possível com a chegada da Família Real em 1808, quando o príncipe-regente D. João VI chegou e refez os projetos econômicos e políticos do país tomando grandes decisões.

A chegada da família Real ao Brasil trouxe desenvolvimento e estrutura urbana, lazer e locais de cultura, não existiam nenhuma gráfica tanto que no país quase não havia escritores, todos os livros da nação eram produzidos em Portugal. D. João compreendeu que não podia continuar dessa maneira, então trouxe especialistas de Portugal.

A família Real contribuiu na educação brasileira para o ensino superior e o ensino secundário que passaram a ser privilegiados deixando em prejuízo o ensino primário e o ensino técnico profissional. E para atender as necessidades da Família Real D. João cria várias instituições e imprensas como, a Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Academias de Guardas-Marinha, Academia Real Militar, Escolas de Ensino Superior e laboratório de química. (PILETTI, 2002).

A chegada da família Portuguesa ao Brasil foi de fato muito importante para o desenvolvimento do país. Não só despertou a evolução do comércio, e a manufatura, como também das ciências, das artes e das letras em geral, além disso, conceberam modificações na educação brasileira.

[...] Por isso, Dom João criou diversos cursos: No Rio de Janeiro, Academia de Marinha, Academia Real Militar, cursos de Anatomia e cirurgia, laboratório de Química, cursos de Agricultura, Escolas Real de Ciências, Artes e Ofícios, na Bahia, curso de Cirurgia, cadeira de Economia (1808), curso de Agricultura, curso de Química, curso de Desenho Técnico [...] infelizmente muitos desses cursos eram apenas de fachadas, pois preparavam os alunos rapidamente, apenas para se tornarem práticos e atender as necessidades mais urgentes. Mas, apesar de toda precariedade e algumas delas de caráter imediatista, essas instituições colaboraram para o distanciamento e até o rompimento com Portugal e, mais especificamente com a Universidade de Coimbra. (ALVES, apud RIBEIRO 2009, p.42 e 37).

Essa fachada dos cursos era um método de independência política do Brasil em ligação da metrópole, dessa maneira eles conseguiriam romper com o ensino dos jesuítas e ainda conseguiria fazer o rompimento com Portugal. Neste sentido o Brasil passou por várias

modificações no ensino em que a educação dos Jesuítas finalmente sairia de cena e o Estado finalmente tomaria as rédeas da educação abrindo novas unidades de ensino.

E foi com essas transformações que em 1824 houve a aprovação da primeira Constituição Brasileira, que entre os direitos e prerrogativas encontra-se o direito a educação primária gratuita a todos os cidadãos.

Art. 179 A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição, pela maneira seguinte: A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. Importante ressaltar que a Carta Magna vigente não garantia a todos os brasileiros o acesso à educação primária, posto que negros e escravos alforriados não eram considerados cidadãos. (JUS.COM.BR, 2014).

Neste sentido podemos analisar que a educação não era completamente direito de todos os brasileiros daquela época. A duração do curso era apenas de dois anos, o objetivo era de urgentemente preparar professores, os cursos superiores estavam insolados, pela falta de profissionais. Dessa maneira em 16 de março de 1846, na região de São Paulo foi criada a Lei Geral n°. 34, que propõem a ordenação e fiscalização em todo ensino público. Segundo Alves (2009, p.43).

A recém-criada Escola Normal não previa o cargo de diretor, diferentemente do que acontecia com os liceus e as demais instituições. Mas, em 1847, portanto, um ano mais tarde, a 16 de março, era decretada a Lei n°. 29 que estabelecia os regulamentos dos liceus em São Paulo, e nomeava diretores que deveriam dirigir os Liceus e observar o comportamento dos professores e, remeter ao Presidente da Província relatórios de tudo que diz respeito, tanto ao colégio como aos professores. Além disso, anualmente deveriam mandar relatório detalhado sobre as atividades no colégio, bem como a situação dos alunos e professores, em todos os níveis.

Pode-se notar que o intuito deste decreto era de organizar todo o processo educacional que estava em constante transformação. E em 1854, renovaram os ensinos primário e secundário. Em 1875, teve um novo impulso com a criação de Escolas Normais, já no ano 1880 fundou em São Paulo o colégio que funcionava noturno, para homens e mulheres que trabalhava durante o dia. Mas não prevaleceu por muito tempo, veio o fracasso por falta de profissionais.

[...] em 1879, de orientação positivista, prever normas para o ensino primário, secundário e superior e torna-se revolucionária para a época, pois defende a liberdade do ensino, frequências, credo religioso e abertura de escolas normais. Torna-se revolucionária e inovadora para a época, pois além de terminar com a proibição da matrícula de escravos, ainda estimula os colégios a buscar novas propostas pedagógicas. De fato, foi uma reforma inovadora, mas infelizmente nem todas as propostas se concretizaram. (ALVES, apud ARANHA, 2009, p.46).

Nessa época as normas para o ensino provocaram revoluções que defendesse as escolas Normais no Brasil, tendo uma importância muito grande para os escravos onde ponderam ter acesso nos colégios. A Reforma de 1883 seria a última mudança regular do ensino público primário a ser realizado no período imperial. Porém não apresentou nenhuma transformação até no ano de 1889.

[...] Pelo Ato Adicional foram conferidas às Assembleias, poderes para legislar sobre as divisões civil, judiciária e eclesiástica, bem como a política e a economia dos municípios. O Ato descentralizou a administração pública do Império e, no campo da educação, garantia o ensino primário gratuito em todas as províncias, mas, essa lei não se aplicava à Sede do governo, pois os ensinos primário e secundário do Rio de Janeiro estavam sob a responsabilidade da Assembleia Geral e do Governo Geral. Já nos demais locais do Império estavam aos cuidados das assembleias legislativas e dos presidentes de cada Província. (ALVES, 2009, p.41).

Analisando essa lei cada província respondia pelas normas e funcionamento de seus colégios de ensino primário e secundário, porém logo enfrentaram os obstáculos para alfabetizar as primeiras letras, para os moradores dos lugares isolados, a escolarização era insuficiente nessa época tanto pela falta de escolas e professores. Para atender à necessidade dos docentes sai a ordem da criação das primeiras escolas normais do Brasil.

Em 1930 – após a Proclamação da República o país adotou o modelo político estadunidense, presidencialista. Com a reforma de Benjamin Constant na educação o propósito foi transformar o ensino em orientador de alunos para os cursos superiores e também, substituir a predominância literária pela científica.

Na verdade, durante toda a Primeira República, o governo da União limitou-se a manter o ensino e a “promover a instrução secundária no Distrito Federal”, isto é, a sustentar o antigo Colégio de Pedro II. Não criou estabelecimento de ensino secundário nos Estados; antes, extinguiu os que existiam mantidos pelo Governo Federal, como os cursos anexos às faculdades de direito de São Paulo e do Recife, fechados em 1896. Muito menos houve interferência do Governo Federal no sentido de promover e melhorar o ensino primário (PILETTI, 2002, p.58).

Em 1911 a reforma Rivadavia Corrêa pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como um simples promotor ao nível seguinte. Com isso, teve a abolição do diploma em troca do certificado de assistência e aproveitamento.

No governo de Getúlio Varga em 1930 a 1940 e no governo de Juscelino Kubitschek em 1950 ocorreu a expansão e a democratização do ensino público no Brasil, onde houve várias revoluções no campo educacional.

Na década de 1930 a primeira revolução iniciativa no campo da educação, foi à criação do Ministério da Educação. Foi o foco referencial para a entrada do Brasil no modelo

capitalista de produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir mão de obra especializada, então era preciso investir na educação e na saúde pública.

Em 1937 foram promovidas várias modificações para ensino secundário, com métodos inovadores que propunha a boa qualidade do ensino. O artigo 149 da Constituição Brasileira de 1934 diz que a educação é direito de todos. Mas até nos anos de 1937 não tinha se transformado em realidade para a maioria dos brasileiros como já foi citado anteriormente.

Nos anos de 1937 a 1945, com Getúlio Vargas no poder houveram algumas mudanças importantes no campo educacional, como: o sistema educacional no ensino profissional, a permissão para que o ensino fosse oferecido por entidades públicas e particulares, mas essa oferta era só para o ensino primário. Esse período marca uma nítida separação intelectual, sendo o ensino profissionalizante exclusivo para o trabalhador (PILETTI, 2002).

Entre 1945-1964 foram organizadas algumas campanhas para melhorar o atendimento escolar, manteve praticamente a lei que foi herdada do Estado Novo até o ano de 1961. No entanto, podemos perceber que após treze anos de discussão no Congresso Nacional, desenvolveu-se intensa luta no sentido de melhorar à escola pública, até que se manifestou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As principais campanhas eram a campanha de aperfeiçoamento de difusão de Ensino Secundário, de aperfeiçoamento e expansão do Ensino Comercial, de Erradicação do Alfabetismo, a Educação de Adultos, a Educação Rural, a Educação do Surdo, a de Reabilitação dos Deficientes Visuais, a de Merenda Escolar e a de Material de Ensino.

Segundo Piletti (2002), no campo educacional nos anos de 1961, República Populista, deram uma volta por cima que houve um avanço importante da participação popular, na melhoria do atendimento das escolas públicas gratuitas.

Em 1964 o governo Militar assinou o primeiro acordo chamado MEC USAID, entre o ministério da educação e os agentes dos Estados Unidos que seria um projeto para desenvolvimento das modificações da organização interna das universidades para reduzir os custos medias das matriculas dos estudantes, com isso proporcionar a expansão do Ensino superior público.

Uma das principais lutas dos estudantes brasileiros era o aumento de vagas nas universidades públicas. E em março de 1964, dobrado o número de vagas na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1964 foi decretada a Lei n°.4464. A lei

decretava que os diretórios acadêmicos continuariam tendo existência obrigatória nos estabelecimentos de ensino superior. Os estudantes das universidades teriam seu Diretório Central de Estudantes, composto de representantes. Estes se reuniram, também, para organizar os diretórios estaduais de estudantes, os quais, por sua vez, comporiam, por meio de representantes, o Diretório Nacional de Estudantes.

Nessa época era fácil de ser aprovado para o vestibular bastava tirar a nota mínima, mas não havia vagas o suficiente para todos, dessa forma o governo transformou o curso em classificatório os números de vaga, que são utilizados até hoje nos concursos públicos e vestibulares, quem tirar nota melhor pega a vaga.

Em 1967 foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), onde o objetivo era de proporcionar alfabetização, para jovens e adultos fazendo com que eles peguem o hábito da leitura, escrita e cálculo fazendo que interagissem com o avanço na comunidade permitindo melhores condições de vida.

Pode-se dizer que o Estado Militar pretendeu atender aos interesses dos capitalistas e da população, agindo simultaneamente no meio da escolarização com a intensão de desenvolver uma mão-de-obra qualificada para as indústrias que estava surgindo. De fato, nesse período que ocorre a grande expansão do ensino superior no Brasil.

Desta maneira, ocorreram as reformas - dentre elas a Reforma do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971 a Reforma do Ensino Primário - com o intuito de evitar a participação da sociedade civil evitando possíveis mobilizações de outros setores que não o Militar dominante, para modificar a estrutura de ensino até então vigente. O Regime Militar procurou divulgar um discurso de exaltação e valorização da educação, dizendo-a como uma via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte. Porém, deve-se ressaltar o fato de ter sido o Aparelho Educacional um meio, ou melhor, um instrumento utilizado pelos militares para atender a real finalidade de obtenção de consenso numa estratégia de luta pela hegemonia. (PAULINO, PEREIRA, n/d, p.1945).

Depois do curso superior foi preciso atender a demanda de vagas no ensino fundamental, essa reforma já tinha dado início nos anos 1950, mas só complementou no regime militar de 1971 que através de decreto do número 5692, o ensino primário e ginásio, ficou conhecido como primeiro grau, essa Reforma teve o mérito de expandir o ensino fundamental obrigatório para os oito anos.

Com o fim do Governo Militar em 1985, a educação receberam várias propostas, projetos, mas infelizmente eram de grupos que tinham interesse de simplesmente só apoiar empresas privadas, porém não houve muitas mudanças, Já outros educadores eram contra,

lutavam por uma escola pública de boa qualidade, assim os problemas começaram a surgir como diz Alves (2009):

Os problemas vão se evidenciar e acirrar-se entre os dois grupos durante os trabalhos e a elaboração da Constituição nos anos 1987-8, e se estender por quase dez anos, com a tramitação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional que será concluída em 1996. Contudo, a nova Constituição irá confirmar as conquistas das anteriores, trará muitas inovações e ganhos, que nortearão a nova LDB. (ALVES, 2009, p.74).

Já nessa década de 1980 pode se dizer que a educação teve um grande avanço. Vários educadores se uniram para dar sugestões para uma organização popular, daí surge importantes programas a favor da qualidade da educação, como relata Alves (2009: p74) “Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); Associação Nacional de Educação (ANDE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Partido dos Trabalhadores (PT) entre outras”.

Essa Constituição levou um tempo em disputas e só foi providenciada em 1988. Este movimento era dividido em dois grupos, os que intercediam a escolas públicas e os que defendiam o setor privado, cada equipe defendia de acordo com seu interesse como relata Alves (2009, p.75):

Os interesses eram contrários, o primeiro grupo defendia o princípio da gestão democrática na escola pública, onde a comunidade escolar, formada por funcionários, professores e alunos pudesse participar de todo processo. O outro bloco era constituído pelos defensores do setor privado que, reunia empresários da educação, representantes das instituições profissionais, comunitárias e filantrópicas. Esse bloco era heterogêneo, chegando a vários momentos assumir posições contrárias aos interesses do grupo, visando exclusivamente seus interesses. Porém, o que mais dividia os dois blocos eram as questões dos recursos públicos. (ALVES, 2009, p.75).

Essa Constituição houve alguns avanços na parte administrativa, mas se tratando da participação da comunidade no método de ensino quase nada foi mudado. Somente na década de 1990, com a entrada do presidente Fernando Collor em 1992, lança em todo o Brasil o projeto de estrutura de Centros Integrados de Apoio a Criança. Com a saída de Fernando Collor a educação ficou um tempo sem receber modificações, só em 1996 que surgiu alguns projetos como destaca Alves (2009).

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Programa de Avaliação Institucional (PAUIB); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); Exame Nacional de Cursos (ENC). São fortalecidos nesse momento dois grupos que defendem o projeto de criação de uma nova LDB e retomam o projeto que estava tramitando no Congresso desde 1988. “A atual LDB (Lei 9.394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996”. (ALVES, 2009, p.78).

Estes programas atuam até nos dias atuais. Dessa maneira a taxa de alfabetização evoluiu rapidamente, devido o ensino ficar liberado para todos e mais fácil de entrar em uma escola pública.

1.2 Educação em Goiás

As Bandeiras Paulistas chegam a Goiás à procura de riquezas. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais foi o primeiro passo para desbravamento da região pelo Estado. Com a divulgação do ouro, começa o movimento migratório na região, aumentando aos poucos a população, de modo que o povoamento de Goiás foi lento, sendo iniciado no século XVIII.

Na década de 1770 a exploração do ouro foi diminuindo rapidamente e a decadência da mineração provocou o isolamento de regiões goianas. Depois do esgotamento da mineração tradicional, Goiás passou a basear sua economia na pecuária e agricultura de subsistência. No século XX Goiás teve grande progresso na agricultura e na pecuária, consolidadas como as principais atividades da economia goiana.

Mas se tratando da educação de Goiás, demorou alguns anos para se constituir escolas, pois a população era muito pequena e a metade era de escravos. Porém, Goiás não teve a influência dos missionários jesuítas, para motivar no campo educacional.

Sobre o assunto Valdez (s/d, p.7) explica que:

Para o Goiás do século XIX, o descaso em relação à educação não tinha importância, pois não se desejava nem ansiava por escolas. Os pais que traziam seus meninos para com eles se embrenharem nos sertões à procura de ouro, como nômades, nem de longe se interessavam por escolas. Igualmente, mais tarde, quando a sociedade voltou-se para a produção pecuária, não interessava aos fazendeiros saber ler e escrever, nem aos funcionários do governo, e muito menos aos portugueses. O ensino era restrito ao lar, exercido por alguns pais letrados ou pela disposição de alguns fazendeiros que contratavam professores particulares para educar seus filhos. Goiás não contou com a tutela da Companhia de Jesus na educação, porém evidenciamos forte disposição da Igreja em catequizar os curumins, contando para isso, com inteiro empenho do Estado.

Vale ressaltar que Goiás não pensava primeiramente em educar seus conterrâneos, já que para a lida da roça não era necessário ser alfabetizado apenas os filhos de fazendeiros e de grandes proprietários de terra que tiveram inicialmente oportunidade de se alfabetizar.

Conforme explicita Rodrigues, Araújo (2010) a primeira escola Régia em Goiás foi na cidade de Pirenópolis em 1787, já a segunda em Luziânia em 1788, que seriam as cidades,

mais desenvolvidas. Durante o período colonial em Goiás houve outras criações de escolas régias, em outras regiões que sobreviveram até o ano de 1825, quanto inicia a modificação da situação do ensino no país.

[...] As disciplinas ensinadas obedeciam ao estabelecido pela Reforma Pombalina, quais sejam: Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica e Filosofia, com exceção do Grego, ministrado somente nas capitanias mais desenvolvidas. Porém, em Goiás, essas disciplinas acabavam restringindo-se ao ensino das Primeiras Letras, contemplando a aprendizagem da leitura, da escrita, das operações matemáticas básicas, ao ensino da Gramática Latina e de algumas noções de catecismo. (RODRIGUES, ARAÚJO, 2010, p.2).

A primeira lei decretada se tratando do ensino nacional foi em 15 de outubro de 1827, a única lei programada, a mais de um século em relação do assunto no Brasil. A lei ordenava a criação de escolas de Primeiras Letras, nas cidades mais povoadas, os professores deveriam ensinar para os meninos (aritmética, leitura e escrita, gramática da língua nacional, noções de geometria prática, moral cristã, e doutrina da religião católica). Já para as meninas só inicia a criação de escolas em 1831. Eram ensinadas as mesmas matérias, só a geometria era substituída por prendas domésticas.

[...] embora desde 1827 fosse possível a criação de novas escolas, o presidente da Província de Goiás à época não teve pressa no processo de ampliação da inexpressiva rede de ensino de Goiás, que consistia em três escolas régias na capital e quatro nos arraiais. Essa cautela devia-se a dois motivos, primeiramente pela escassez de recursos nos cofres públicos e, também, pela dependência da tomada de decisão em Conselho. A criação de escolas para meninas aconteceu somente em 1831. (RODRIGUES, ARAÚJO, 2010, p.4).

Nessa época não exigia muito estudos, apenas alguns conhecimentos na área da economia do estado como a agricultura, mineração e pecuária. No início da educação de Goiás o modo de educar era muito rígido, nessa época as escolas castigavam os alunos que desobedeciam, através de punição das palmatórias ou de joelhos em cima de areias grossa no canto da sala. Os professores não contavam com material de apoio, muito menos as tecnologias (como quadro negro, projetor, tabuadas, livros didáticos, etc.). Porém era ensinado o modo de convivência com as pessoas, nesse tempo mesmo com as dificuldades, as crianças tinham mais interesse de estudar e, sem dizer que respeitavam os professores.

Em 1834 autorizou nos distritos a criação do ensino primário e secundário, em Goiás. Mas, as condições financeiras eram insuficientes para a administração que os professores necessitassem, somente em 1835, que foi aprovada a lei, que ordenava a obrigatoriedade de

escolarização. Essa determinação estaria dividida em primeiro e segundo grau, e nenhuma disciplina poderia ter, mais que 16 alunos.

O ato adicional de 1834 possibilitou às províncias a criação, manutenção e organização de um sistema de ensino primário e secundário, desde que informassem suas atitudes à administração central, o que implicou, ainda que discretamente, a ampliação da rede primária e a criação de algumas cadeiras para o ensino secundário em Goiás. Mas, as condições financeiras da província de Goiás não eram suficientes à manutenção das recompensas que deveriam ser atribuídas aos docentes que aderissem à oferta do método Lancaster. (RODRIGUES, ARAÚJO, 2010, p.4).

Porém, não existia nenhuma Norma que falasse a obrigatoriedade para o poder público, do ensino. O artigo 9º decretava que era obrigação e responsabilidade dos pais a educar os filhos, e se não obedecesse, pagaria uma multa, poderia até ser preso por desrespeito. Mesmo que em Goiás não colocasse em prática essa lei de 1835, era motivada nos jornais e nos debates políticos.

Segundo Ribeiro (2011, p32) “a Lei de 1835 permaneceu como referencial para a regulamentação da instrução pública na província de Goiás, mas sofreu reformas ao longo do Império, centradas fundamentalmente na questão da obrigatoriedade do ensino primário”. As discussões sobre a questão da obrigatoriedade do ensino primário permaneceram por muitos anos entre políticos, porém, houve mudanças.

Em julho de 1846 houve a criação do Liceu de Goiás, mas só foi inaugurado em 23 de fevereiro de 1847, que apresentou fundação no ensino secundário em Goiás. O início da organização dependia da associação de cadeiras para desenvolver a alfabetização secundária. Na capital podia contar com novos cursos que seria: Retórica e Poética, Língua Francesa, Geografia e História, e já existia a Geometria, Gramática Latina, Filosofia.

O Liceu foi a única instituição de ensino destinada ao sexo masculino que teve longa existência, funcionando na cidade de Goiás até 1937, quando foi transferido para a nova capital (Goiânia). Desde sua fundação, o Liceu passou por diversas dificuldades a cada novo período administrativo, contando praticamente com o mesmo número de cadeiras desde o momento de sua fundação. A criação do Liceu em Goiás foi o prenúncio do surgimento de uma escola destinada exclusivamente à formação de professores. (RODRIGUES, ARAÚJO, 2010, p.8).

Até os anos de 1872, o Liceu foi à única instituição da região que tinha o ensino secundário. A partir desse ano abriu o Seminário Episcopal em Goiás, e daí começou a surgir outras escolas secundárias, tanto particulares como públicas.

Segundo Rodrigues, Araújo (2010) Goiás tentou por inúmeras vezes, aperfeiçoar o ensino, por meio de reformas, com a criação de leis, aberturas de instituições, e mesmo assim, não houve progresso. Aponta que o responsável do atraso da alfabetização em Goiás seria

principalmente a falta de competência dos professores, e por falta de frequência de alunos, que houve fechamentos de escolas por falta de matrículas. Em relação às reformas educacionais primárias após 1855, enfatiza que apesar da má situação do ensino público nesse período, houve um aumento de escolas primárias em Goiás que passou de 40 para 80.

Três importantes reformas de ensino foram feitas, a primeira em 1856, outra em 1869 e uma terceira em 1884, todas tendentes cada vez mais a dotar o governo de maiores poderes legais para coibir abusos, enriquecer o conteúdo do ensino, aperfeiçoar a inspeção, incentivar mestres e discípulos para uma maior dedicação aos estudos, com a concessão de melhores salários, prêmios e outras vantagens. Visando à formação adequada do professor, criou-se em 1858 uma escola normal. Por falta de meios não chegou a ser instalada. Criou-se outra em 1882, a qual, instalada em 1884, funcionou precariamente durante dois anos apenas. Na reforma de 1856, criou-se o cargo do Inspetor Geral da Instrução Pública, e, em 1873, a Repartição da Instrução Pública, órgão que, em tempos mais recentes, se transformou em Diretoria da Instrução, ou, por fim, Secretaria da Educação. (RODRIGUES, ARAÚJO, 2010, p.10).

Em 28 de julho de 1858, acontece a primeira iniciativa de criação da Escola Normal em Goiás, decretada pela lei nº 15, pelo presidente da província. No entanto não saiu do papel, não tinha professor suficiente para assumir o cargo, e nenhum lugar disponível. Neste sentido a Escola Normal em Goiás, passou por várias lutas e muitas dificuldades, demorou alguns anos para se desenvolver completamente, permaneceu até o ano de 1886, até ser desmanchada pela lei nº 746, e novamente o motivo da derrota da escola normal era a falta de alunos e professores. Sobre o assunto Brzezink (2006, p.259). Analisa que

O Ato n.1, de 07.01.1888 criou a cadeira de Pedagogia, novamente anexa ao Liceu. As aulas, contudo, não foram levadas a efeito por falta de professor. No movimento instituído-instituinte, muito mais este do que aquele, a Escola Normal, como apêndice do Liceu, foi reinstalada no Governo de José Ignácio Xavier de Brito mediante a Lei n. 38, de 31 de julho de 1893. Regulamentada por Decreto de 01.03.1894, destinava-se “[...] a habilitar indivíduos de ambos os sexos na teoria e prática do magistério primário” (art. 66), em curso de 3 anos de duração. Os alunos dos dois cursos – Normal e Lycéo – assistiam indistintamente às mesmas aulas. Somente no 3º ano acrescentava-se a cadeira de Pedagogia e Metodologia e Prática de Ensino, cadeira específica para formar professores primários. Em 1906, uma reforma educacional ampliou o Curso Normal de 3 para 4 anos, assim permanecendo nas primeiras décadas republicanas até 1929 (BRZEZINK, 2006, p.259).

Somente em 1929 que começam a transformações na Escola Normal em Goiás as aulas passaram a ser em prédios apropriados, com professores especializados, inúmeros níveis de ensino, deste o pré-escolar até o secundário, enfim, depois de muitos anos a escolarização deu um grande avanço, as escolas públicas passaram a ter uma grande quantidade de alunos. Segundo Brzezinski (n/d) em seu último ano de funcionamento na Cidade de Goiás, 1937,

contava com 95 matrículas (só externato), enquanto que o Colégio Santana (com internato e externato) tinha 40 alunas.

Os professores goianos, desde os do Jardim da Infância até os da Escola Normal, foram tocados pelos princípios da Escola Nova e, com o apoio dos paulistas realizavam inversões substantivas que iam desde uma nova concepção de professor e aluno até aos novos métodos de ensino: procurou-se deslocar o eixo da questão pedagógica do professor para o estudante, dos conteúdos para os métodos e processos pedagógicos, do espaço para o interesse, do diretivismo para o não-diretividade, da quantidade para a qualidade, da lógica para a psicologia, e, assim por diante. Essa tendência pedagógica iluminou a reforma educacional em Goiás que caminhou da base do sistema educacional até a Escola Normal Oficial. Essa reconhecida como Escola Normal Modelo para todo o território goiano, sofreu profundas modificações. Neste momento foi instituída, finalmente, a Escola Normal com estrutura própria, direção autônoma e métodos inovadores. (BRZEZINKI, 2006, p.5260).

Em 23 de março de 1937, foi decretado que Goiânia, seria a nova capital do Estado de Goiás, e em 19 de julho desse ano consignava, também a Lei n.133, que criou a Escola Normal e o Ginásio de Goiânia, que foi anulada pelo decreto n.4, de 17 de novembro de 1937, que transferiu para Goiânia o Liceu de Goiás, a Escola Normal Pública, e a Escola Complementar da antiga capital.

A casa improvisada que abrigou a Escola Normal imprimiu-lhe, outra vez o status instituinte. Situava-se à Rua 20, no centro da nova capital, onde se encontravam os principais prédios da administração estadual. Em outra ocasião, foi transferida para a Rua 4, n.8, também no centro da cidade, ocupando uma casa residencial. O Grupo Escolar Modelo de Goiânia recém-criado era independente da Escola Normal, tanto pedagógica como administrativamente. A desanexação deste Grupo constituiu uma semi mutilação da Escola Normal, dificultando a realização da Prática de Ensino, devido a longa distância entre as duas instituições. (BRZEZINSKI, 2006, p.5262).

A transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia, teve significado importante para a região, o Estado cresceu rapidamente, com o poder político a educação foi se desenvolvendo.

1.3 Fechamento das Escolas do Campo

As escolas no campo iniciam-se com o fim do Segundo Império, mas só se desenvolveram na metade do século XX, e foram evoluindo de acordo com as necessidades que foram surgindo. Com a monocultura da cana-de-açúcar, da chegada da cafezeira e com o

fim da escravidão a agricultura precisou de mão de obra especializada. Dessa maneira necessitava de moradores no campo, que estivesse um treinamento de mão de obra, e para compor essa necessidade oferece um ensino para atender as necessidades como cita Vendramini (2012, p.54):

As escolas rurais, criadas no início do século XX, constituem-se mais em estratégias de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade do que em espaços formativos. Assim, foi oferecida a uma pequena parcela da população rural uma educação instrumental, reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento de mão de obra. Ao lado do caráter discriminador do combate à “praga” do urbanismo, a escola assumia caráter nitidamente preventivo contra a desordem social.

Antes de 1930 havia alguns programas de educação que falavam da necessidade do ensino dos agricultores como o Plano de Educação de 1812, na reforma de 1826 e 1879. No decorrer dos anos, com a revolução das cidades com a industrialização do país há uma grande migração do campo para as cidades fazendo com que diminua o número da população do campo dessa maneira fazendo com que fechasse muitas escolas rurais como relata Vendramini (2012, p.55):

Milhares de trabalhadores saíram do campo em direção à cidade desde o início do século XX. Trabalhadores rurais migraram para novas fronteiras agrícolas, como as regiões Centro-Oeste e Norte do país, como estratégia de sobrevivência. Trabalhadores do Nordeste do Brasil se deslocaram para o Sudeste e o Sul em épocas de colheitas, muitos dos quais não retornaram. Agricultores viram sua terra ser inundada pela construção de hidrelétricas e foram levados a se mover para outros lugares. Famílias sem-terra ocupam áreas improdutivas e lutam pela conquista de terra em novos lugares.

Deste a década de 1960 ocorrem abandono e fechamento de escola no Brasil, principalmente da zona rural, isso acontece pela falta de atendimento político das necessidades econômico e social para os pequenos agricultores. Essas dificuldades acontecem pela falta de estrutura física das escolas, muitas não tinham energia, banheiros, bibliotecas, materiais pedagógicos, ventilação adequada, falta de professores para trabalharem no campo, e não haviam alunos suficientes para manter uma escola, sabemos que a verba é proporcional por número de aluno.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou a Campanha Nacional contra o Fechamento de Escolas do Campo, (as cidades dependem do campo, e o campo depende das cidades), se a maior economia era a agricultura como poderia ter um campo sem gente.

Grande parte da população apresentou como solução: a melhora nas condições de ensino do Campo e a criação de cursos de qualificação; pois com as escolas que têm acesso acreditam que é necessário que o jovem vá para os centros urbanos para completarem os estudos e cursarem uma faculdade, fato que muitas vezes faz com que esses jovens sintam-se tentados a não voltar para o Campo. (MENEZES, SILVA, 2012, p.10).

Se os jovens têm que sair do campo passando por dificuldades de transporte entre outros para estudar fazendo com que eles percam o interesse de voltar para o campo como a lei pode dizer que o direito de estudar é de todos. Se o que, mais ouvimos falar nas últimas décadas é sobre fechamento de escolas principalmente das zonas rurais por falta de verbas e interesses políticos.

Dessa maneira desde a década de 1950 a população brasileira passa a ser predominante urbana fazendo com que deixem o campo e vão para cidade a procura de melhoras. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o crescimento urbano superar os 90% da população como apresenta o gráfico 1.

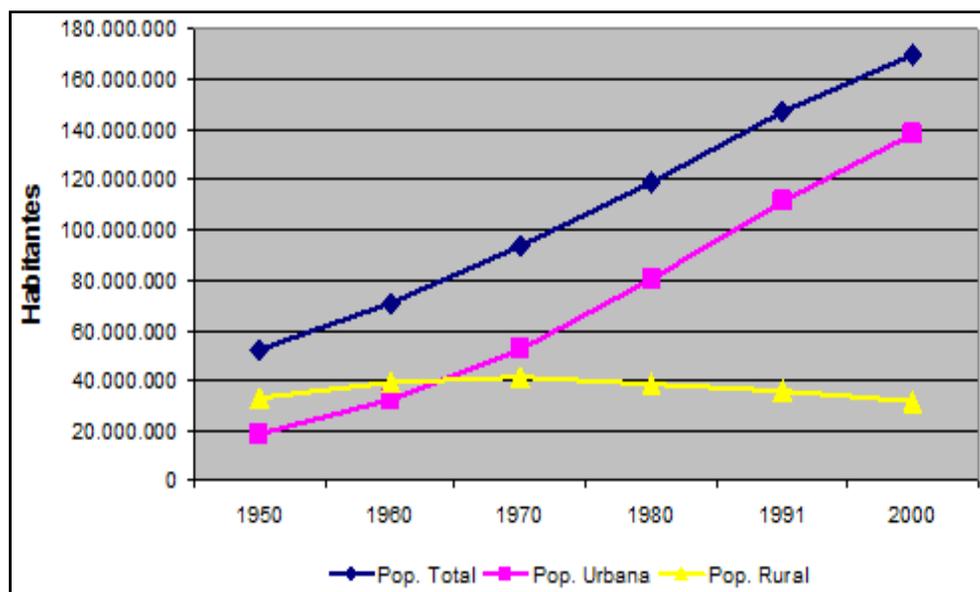


Gráfico 1 – Evolução da População Total, Urbana e Rural do Brasil– 1950-2000.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2016.

Pode-se observar no gráfico de 1950 a 2000 segundo os dados do IBGE, a população urbana cresceu rapidamente, sendo que a maioria da população se concentra nas cidades, e a população da zona rural sofre redução significativa. A cada dia que passa as pessoas deixam de viver no campo para viver na cidade. Fato este, também é perceptível no município de Palmelo, como mostra no gráfico 2.

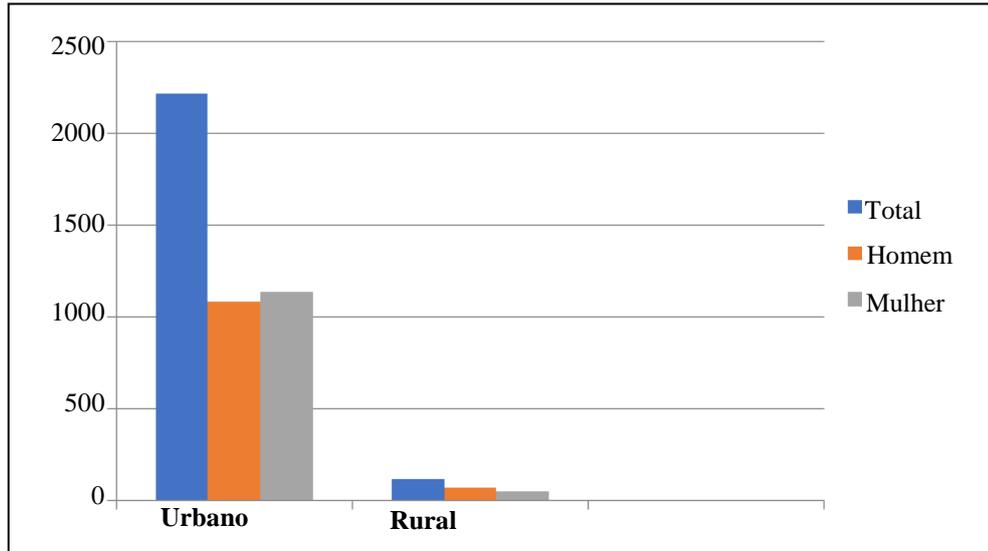


Gráfico 2 – População Residente, por Situação do Domicílio e Sexo. Palmelo – 2010.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Dois municípios goianos muito próximos com diferença de cinco quilômetros têm realidades muito diferentes quando se trata de residência da população em zona urbana e zona rural. Percebe-se que a quantidade de população da zona rural do município é muito pequena. Já no município de Santa Cruz de Goiás a quantidade de habitantes da zona rural é bem maior do que da zona urbana como mostra no gráfico 3.

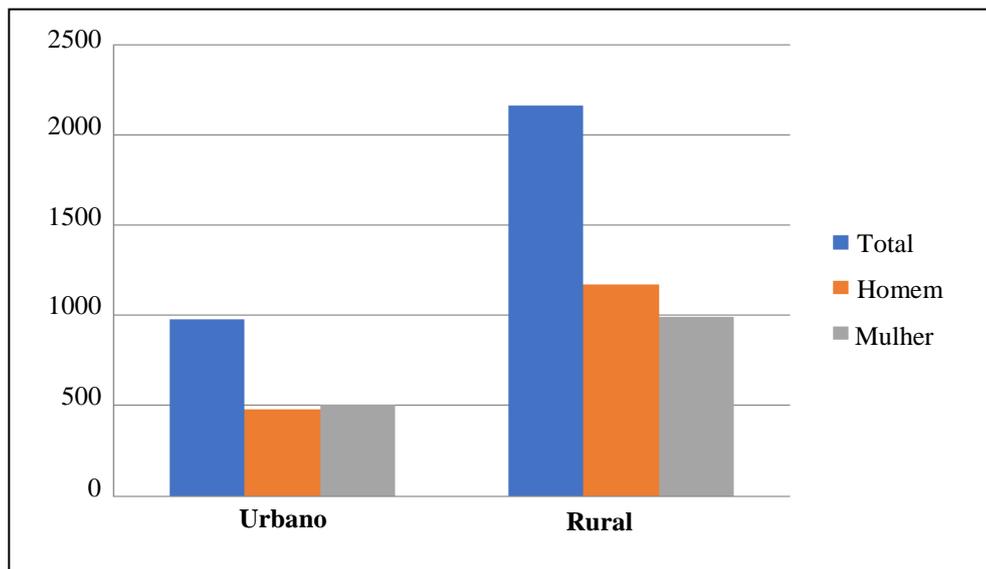


Gráfico 3 – População Residente, por Situação do Domicílio e Sexo em Santa Cruz de Goiás – 2010.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A modernização da agricultura é uma das grandes responsáveis pela intensa migração da população do campo para a cidade. Com a diminuição da população no campo, os políticos alegaram gastos desnecessários em manter as escolas no campo, com isso

inúmeras escolas foram fechadas. Para garantir o acesso a escola à população do campo foi criado o transporte escolar. O governo alega ser mais barato fornecer um transporte escolar para buscar os alunos do campo do que manter uma escola na zona rural.

2 VIVER NO MUNICÍPIO DE PALMELO

Neste capítulo apresenta-se um breve histórico sobre a cidade de Palmelo, um perfil das escolas campo e os resultados da pesquisa sobre o transporte escolar nesta cidade.

A pesquisa acerca do transporte escolar com vistas ao alunado que vive no campo e estuda na cidade tem por objetivo compreender as formas de acesso e as garantias dos estudantes aos postos de ensino na cidade de Palmelo (GO).

2.1 A História de Palmelo

O município de Palmelo (GO), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) surgiu a partir do povoamento em torno da Fazenda Palmela, com fundação no local do Centro Espírita Luz da Verdade, em 02 de fevereiro de 1929. Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, nascidas à entorno de igrejas católicas, esta cidade teve origem na mediunidade espírita, o que a tornou diferente da maioria dos municípios brasileiros.

O nome da cidade tem origem no nome do Engenho Palmela de propriedade do comandante militar do Distrito de Santa Cruz, Capitão Caetano Teixeira de Sampaio, local onde se eleva a cidade de Palmelo. Assim o topônimo passou do engenho para a cidade. Na realidade, Engenho Palmela era uma fazenda. Naquele período não se usava o termo fazenda para designar propriedade rural.

Os fundadores do povoado os irmãos Branquinho, Jonas, Gervásio Cândido e Josino, acompanhados por João Borges de Menezes e Filemon Nunes da Silva. Com o crescente afluxo de pessoas de vários pontos do país, em busca de recuperação da saúde, através do espiritismo, o povoado de Palmelo cresceu rapidamente, passando, diretamente, à categoria de Cidade, em 13 de novembro de 1953, pela Lei Estadual nº 908, instalando-se o município em 1º de janeiro de 1954, desmembrando-se de Pires do Rio (IBGE, 2017)¹.

O município de Palmelo está localizado no Sudeste do Estado de Goiás, na microrregião de Pires do Rio, faz limite com Ipameri, Pires do Rio e Orizona (Ver figura 1).

¹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/palmelo/historico>>.

Palmelo é conhecido como a cidade da paz, ou cidade espiritista, é pequena, sua área é de 58,959km, sua população é de 2,335 habitantes no Censo Demográfico de 2010.

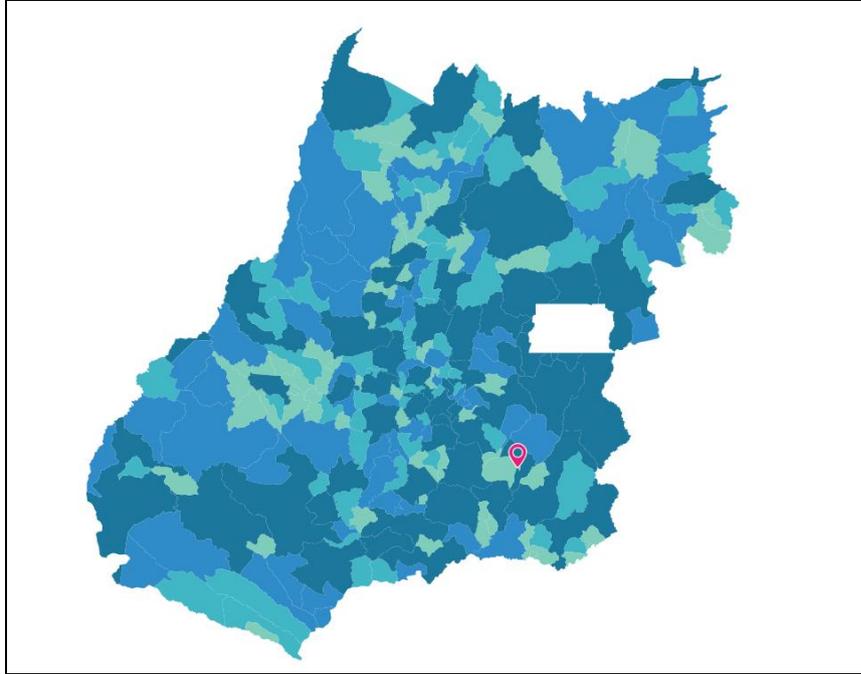


Figura 1 – Localização do município de Palmelo no estado de Goiás.
Fonte: IBGE Cidades.

O município é estagnado economicamente, não há indústria e por seu território ser pequeno, não há espaço para o avanço da agricultura moderna. Assim a população não cresce muito, pois a maioria dos jovens sai em busca de uma vida melhor. No gráfico 4 é possível visualizar o crescimento da população nas últimas décadas.

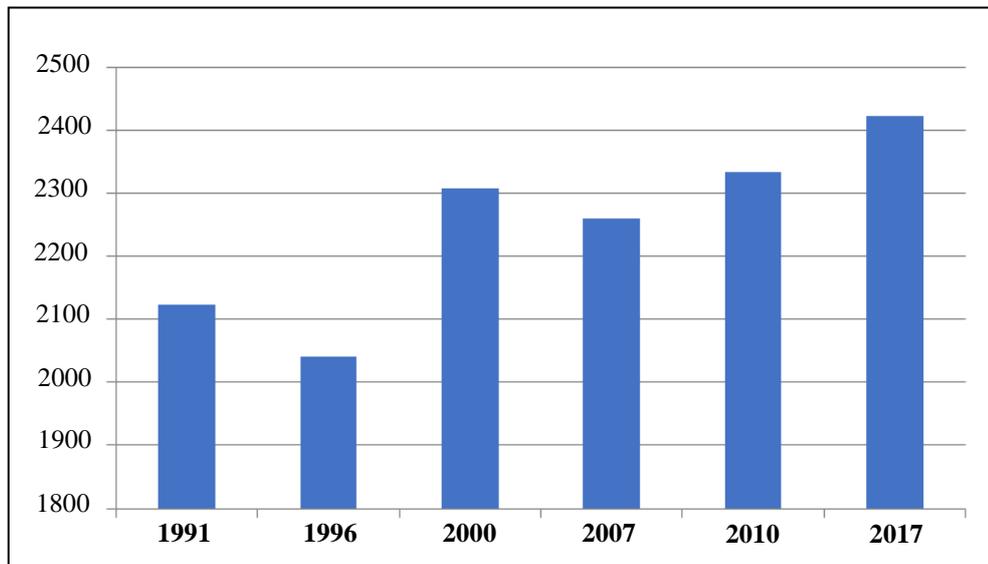


Gráfico 4 – População de Palmelo
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 1996, 2000 e 2010. Estimativa 2017

Como a população do município é pequena não há muitas escolas. O município possui três escolas sendo elas o Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo, a Escola Municipal Joaquina Darque e a Escola Espírita Jeronimo Candinho, e a creche Hilda Vilela. Não escolas particulares.

2.2 O Perfil do Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo e Escola Municipal Joaquina Darque

O Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo foi fundado em 1962 e só foi inaugurado em três de março de 1963, Jerônimo Cândido Gomide foi aluno de Eurípedes Barsanulfo em sacramento e ao fundar uma escola deu o nome de seu tão admirável professor Eurípedes Barsanulfo.

O Colégio é mantido pelo governo Estadual, mas o prédio e o terreno são do município. Esta unidade escolar funciona desde 1962, ano este que iniciou a primeira turma do curso de admissão, em 1965 foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura. O Colégio está subordinado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás e a subsecretaria Regional de Educação de Pires do Rio - Goiás.

O Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo está situado à Rua Oreste Nunes, nº 01, Centro em Palmelo, possui uma área construída de 1900 m², e está inserido numa área total de 11.900m². Foi inaugurado em três de março de 1963 por Jerônimo Cândido Gomide.



Foto 1 – Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo – Palmelo.
Fotógrafa: MARTINS, Laicy Fernanda Ribeiro. out/2017.

O Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo é uma escola com uma boa estrutura, possui segundo dados do Censo/2016: o Ensino Fundamental - Anos Iniciais; o Ensino Fundamental - Anos Finais; e o Ensino Médio. Em termo de infraestrutura o colégio oferece alimentação escolar para os alunos, água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, não coleta de esgoto, este é depositado em fossas sépticas, o lixo destinado à coleta periódica, acesso à Internet Banda larga. Em termos de equipamento possui, três computadores administrativos, dez computadores para alunos, uma TV com aparelho de DVD, antena parabólica, retroprojetor, aparelho de som e câmera fotográfica/filmadora. Quanto às dependências, são 12 salas de aulas utilizadas, 41 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), quadra de esportes descoberta, cozinha. Biblioteca, banheiro dentro do prédio e adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa e pátio descoberto.

A média do Colégio no ENEM é baixa, sendo Redação - 485,33, linguagens e códigos: 476,45, ciências humanas: 526,63, matemática: 404,72 e ciências da Natureza: 454,29. O Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo funciona nos três períodos, sendo o vespertino que funciona do oitavo ao terceiro ano, o matutino da quarta a sétima, e o noturno que é do nono ao terceiro ano e o EJA.

Em 1979, trabalhando como orientadora do programa da Merenda Escolar, a Senhora Vânia Arantes Damo, presenciou que as crianças pequenas, irmãos menores, dos alunos matriculados nas Escolas, que se aglomeravam nos portões, no horário do recreio, com uma vasilha na mão, pedindo a sobra do lanche, ou mesmo uma parcela dela.

Por várias vezes a Senhora Vânia, presenciou juntamente com outros funcionários das Escolas, o aluno passar para a vasilha do irmão o próprio lanche. Diante desta realidade, a senhora Vânia consultou a Supervisora Regional do Programa, que também recorreu a seus supervisores, quanto à possibilidade de também servir a estas crianças, a merenda escolar. Não foi possível, pois o Programa só atendia alunos matriculados da 1º ao 8º série. Surgiu, então, a ideia de criar, no mesmo horário escolar, um lanche para os irmãos dos alunos, mas não havia espaço.

A Senhora Vânia sugeriu ao Senhor Bortolo Damo, líder espiritual da cidade a ideia de oferecer o lanche aos irmãos dos alunos, sendo que o mesmo aprovou de imediato. Na tentativa de angariar fundos, para a construção de um salão, a Senhora Vânia se inscreveu num Programa Televisivo, chamado “8 ou 800”, dirigido por Paulo Gracindo, na rede Globo,

onde a mesma iria responder sobre a “Vida de Aleijadinho”. Porém não chegou a participar, pois quando faltavam apenas dois participantes para a chamada de Vânia, o programa saiu do ar. O Senhor Bortolo Damo, resolveu então, fazer uma Campanha em prol desta construção e em três meses, a obra estava pronta, sendo então inaugurada em maio de 1980.

Foi construída ao lado da antiga Maternidade, hoje Hospital Municipal, em homenagem a um espírito do bem, muito querido em Palmelo, e que se apresentava como uma criança de nove anos de idade, “Joaninha Darque”, assim surge a Escola Municipal Joaninha Darque.

De início, atendiam com um lanche matinal 50 crianças menores de seis anos, com o acréscimo de mais criança, passaram a servir o lanche, em dois horários: matutino e vespertino, para duas turmas diferentes.

As crianças chegavam, lanchavam e se retiravam, ainda levando, o que, quase sempre sobrava na panela, este lanche era proveniente de doações recebidas de pessoas que se prontificavam a ajudar.

Com o passar dos dias, notaram que o tempo poderia ser mais aproveitado, e as crianças passaram a chegar mais cedo, foi-se então atrás de voluntários, para auxiliar a contar uma história, cantar e até desenhar com as crianças, depois era feita a prece e servido o lanche, para depois as crianças irem embora.

Antes de completar um ano, já ficavam em período integral, entre histórias, músicas, brincadeiras, atividades de coordenação motora e o lanche. A merenda escolar acabou criando o “Programa para Irmãos”, e a Escolinha, como era chamada, passou a receber alimentos também.

Com a chegada do Programa, a Prefeitura Municipal assumiu o compromisso de pagar a merendeira, e posteriormente os professores, até que assumiu de vez o andamento da Escola.

Em março de 1990, já atendendo a nova diretriz da Educação, passou a se chamar. “Pré-escolar Joaninha Darque”, funcionando até os dias atuais, tendo para isto que reorganizar seu espaço físico pedagógico e organizacional.



Foto 2 – Escola Municipal Joaquina Darque – Palmelo.
Fotógrafa: MARTINS, Laicy Fernanda Ribeiro. out/2017.

A Escola Municipal Joaquina Darque segundo dados do Censo/2016 atende a Educação Infantil (Pré-escola) e o Ensino Fundamental (anos iniciais). Em termos de infraestrutura, os alunos têm alimentação escolar, água filtrada, energia elétrica e acesso a Internet banda larga. Não há rede de esgoto e o lixo é coletado periodicamente. A escola possui dois computadores administrativos, uma TV, copiadora e impressora, aparelho de som, projetor multimídia e câmera fotográfica/filmadora. As dependências são cinco salas de aulas, sala de professores, cozinha, banheiro adequado aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria e pátio coberto.

Ao município de Palmelo, assim como os demais no território brasileiro, é assegurado o transporte escolar, sobretudo o transporte de alunos do campo para a cidade diariamente, retornando no final do dia.

Na pesquisa realizou-se um levantamento dos dados de Palmelo, para saber um pouco dos alunos que moram na zona rural, as condições de transportes e a satisfação dos usuários. Os alunos frequentam o Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo e a Escola Municipal Joaquina Darque.

A figura 2 mostra a área urbana de Palmelo e a localização do Colégio Eurípedes Barsanulfo e a Escola Municipal Joaquina Darque. Como se pode perceber a cidade é muito pequena.

Educação, considera para o cálculo dos valores o número de alunos informados no Censo Escolar (Educacenso). No anterior, a posição do município na linha de pobreza e, após 2008, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme determina o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Sabe-se que com o passar dos anos um número cada vez maior de alunos deixam as escolas, ou seja, evadem-se devido vários fatores, um deles é o meio de transporte do campo até a cidade. Alguns municípios são de dimensões territoriais muito grandes, o que dificulta a ida dos alunos para a escola, isso culmina com as dificuldades que alguns gestores municipais têm em lidar com os programas dos governos federal e estadual que tratam do benefício específico que é o transporte escolar.

Segundo Menezes e Martins (n/d), pesquisadores verificaram que nas várias regiões brasileiras, a realização do transporte escolar é realizada por diferentes meios de locomoção. Todos os meios de transportes são assegurados por lei, seguindo as modalidades para cada região do país. Nas regiões Norte e em parte do Nordeste o transporte é feito em parte por veículos náuticos como as lanchas e barcos ou até mesmo canoas. Nas demais localidades do país o transporte é realizado por ônibus e outros veículos automotores terrestres.

Qualquer que seja o meio de transporte é garantido aos estudantes o mínimo de segurança durante o trajeto percorrido. Sabe-se que na prática nem sempre tais ações funcionam. Constantemente ouve-se queixas de alunos, pais e das pessoas que usam estes meios de transporte para locomoção até as escolas. Em alguns municípios há maior apoio por parte dos gestores, o que nem sempre é o suficiente para garantir o direito do estudante.

Uma das queixas que mais se ouvem quanto ao transporte escolar que atende o campo nos municípios goianos trata-se das condições das estradas vicinais, as quais são malconservadas, contribuindo para uma maior permanência do aluno no veículo. O aluno sai de casa muito cedo, quase sempre chega atrasado à escola e ao retornar, chega à casa muito tarde, cansados, eles não conseguem realizar as tarefas propostas pelos professores. Por estas e outras razões, há um processo de evasão do aluno.

A pesquisa procurou desvendar a situação do transporte escolar dos alunos que vivem em áreas do campo no município de Palmelo (GO) e estudam na cidade. Foram observadas as condições diárias do transporte dos alunos e o grau de satisfação dos mesmos com relação ao serviço prestado.

Os alunos da zona rural frequentam o período vespertino e matutino e é um total de dezesseis alunos. No quadro 1 pode-se observar o número de alunos, o período que frequenta a escola, a série, o período que sai de casa e retorna e se fazem tarefa em casa (fazenda).

O município de Palmelo tem 326 alunos matriculados em 2017. Os alunos da zona rural correspondem apenas a 4,9 por cento do total de alunos matriculados. Alguns jovens em idade escolar frequentam escolas nos municípios vizinhos de Santa Cruz de Goiás e em Pires do Rio.

N.º	Período	Série	Saída	Retorno	Tarefas em casa
01	Vespertino	9º ano	06:00	12:40	Sim
02	Vespertino	3º ano	06:00	*18:00	Sim
03	Vespertino	9º ano	6:15	12:20	Não
04	Vespertino	2º ano	6:18	12:10	Sim
05	Vespertino	2º ano	06:15	12:05	Sim
06	Matutino	7º ano	12:00	17:20	Sim
07	Matutino	6º ano	12:20	17:25	Não
08	Matutino	7º ano	12:30	17:38	Não
09	Matutino	7º ano	12:00	17:20	Não
10	Matutino	6º ano	12:35	17:45	Sim
11	Matutino	Jardim	12:00	16:45	Sim
12	Matutino	Jardim	11:45	17:00	Sim
13	Integral	1º ano	06:00	17:20	Sim
14	Integral	2º ano	06:20	17:15	Sim
15	Integral	2º ano	06:30	16:25	Sim

Quadro 1 – Dados dos Alunos que utiliza transporte escola em Palmelo – 2017.

Fonte: Pesquisa de campo.

Elaboração: MARTINS, Laicy Fernanda Ribeiro. out/2017.

Segundo o Sr. Carmelito Monteiro dos Santos, secretário do transporte da Prefeitura de Palmelo, esta possui dois veículos de transporte escolar sendo um ônibus e um micro-ônibus, mais tem outros transportes a disposição caso eles estraguem (ver figura 3).

O ônibus não é utilizado para buscar os alunos na zona rural e sim para levar os alunos à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus de Pires do Rio, Faculdade do Sudeste Goiano e as escolas estaduais na cidade de Pires do Rio no período noturno. É também utilizado para outros tipos de serviço como levar os trabalhadores para a Nutriz, agroindústria em Pires do Rio, transportas as crianças da creche, escola e o grupo de terceira idade para fazer passeios fora da cidade.



Foto 3 – Meio de Transporte escolar em Palmelo.
Fotógrafa: MARTINS, Laicy Fernanda Ribeiro. 2017.

Percebe-se que o veículo para o transporte escolar desempenha funções extra escola, mas os custos desse transporte são custeados pela prefeitura do município.

Segundo alguns trabalhadores da Nutriza, o motorista foi parado três vezes na barreira, e o ônibus não está em boas condições para carregar pessoas, os documentos estão atrasados, não possui cinto de segurança, sem dizer que vive deixando os que estão sendo transportados nas estradas devido a falta de manutenção.

O micro-ônibus é o veículo destinado a transportar os alunos da zona rural. Segundo Sr. Carmelito Monteiro dos Santos, secretário do transporte da prefeitura, desde abril o micro-ônibus não está sendo utilizado, pois não está em condições de viagem estando estragado, fazendo com que os alunos se queixem muito pela falta do micro-ônibus, devido a este oferecer um pouco mais de conforto que os outros veículos disponibilizados pela Prefeitura de Palmelo.

Para suprir a falta do micro-ônibus, o Secretário dos Transportes Municipal requisitou o transporte terceirizado, assim os alunos não deixam de ir para as escolas. O micro-ônibus foi substituído pelo Escort (ver Figura 6), que vai até as fazendas buscar cada aluno.



Foto 4 – Veículo que faz o transporte escolar em Palmelo.
Fotógrafa: MARTINS, Laicy Fernanda Ribeiro. 2017.

São oito alunos transportados no período vespertino e sete no período matutino. Sendo que no período vespertino o motorista dá duas viagens, contando com sete pessoas com o motorista devido os alunos morarem no mesmo trajeto, e como as crianças da escolinha não pode ficar na porta da escola, elas permanecem dentro do carro para buscar os outros dois alunos que moram mas perto. Já no período matutino contém seis na primeira viagem com o motorista sete, devido um aluno morar perto ele deixa os primeiros na escola e busca o outro.

Percebemos que contém sete pessoas em um veículo projetado para cinco pessoas. Esse transporte caracteriza infração as leis de trânsito. Percebe-se a falta de fiscalização e a falta de respeito pelas crianças que usam o transporte escolar.

Segundo as entrevistas com os alunos, todos foram unanimes em afirmar que eles odeiam vim no carro, devido ser apertado e cheio de poeira. Segundo o motorista, ele prefere o carro porque é mais rápido e ele chega mais cedo em casa, e é bem mais fácil de chegar mais perto da casa dos alunos devido às estradas em péssimas condições. Sem dizer que com o micro-ônibus, tinha que buscar mais cedo, porque tinha que pegar também os alunos urbanos que moram mais afastados do colégio.

Os alunos percorrem vários quilômetros todos os dias para chegarem à escola. Cada aluno percorre distâncias diferenciadas. A distância varia de acordo com a localização da fazenda em relação à sede do município. No quadro 2 é possível visualizar a distância percorrida por a cada aluno.

N.º	Escola	Distâncias (km)
01	CEEB	10
02	CEEB	10
03	CEEB	8
04	CEEB	8
05	CEEB	7
06	CEEB	6
07	CEEB	4
08	CEEB	4
09	CEEB	8
10	CEEB	5
11	CMJD	9
12	CMJD	10
13	CMJD	10
14	CMJD	2
15	CMJD	1

Quadro 2 – Distância Percorrida pelo Transporte Escolar em Palmelo.

Fonte: Pesquisa de campo/2017

Elaboração: MARTINS, Laicy Fernanda Ribeiro. 2017.

A maior distância percorrida pelos alunos é de dez quilômetros e a menor é de um quilometro. Quase todos residem no lado leste do município, e uma minoria no lado Norte e Sul. O oeste do município se configura na zona urbana que faz fronteira com o município de Santa Cruz de Goiás, assim não há zona rural neste sentido. (Ver fig. 3).



Figura 3 – Imagem de Satélite da Área Urbana de Palmelo e a Localização das Fazendas onde os alunos que utilizam o transporte escolar residem.

Fonte: Adaptado de Google Earth (2017).

As distâncias não são grandes, como em outros Municípios, por exemplo em Pires do Rio, alunos chegam a percorrer 28 quilômetros para chegar a escola, em Santa Cruz de Goiás há alunos que percorrem 35 quilometros. Esses alunos que estudam no período

matutino tem que levantar as quatro horas da manhã e chegam a casa a duas da tarde aproximadamente.

Ter que estudar na cidade quando a distância é grande torna-se um desconforto para a criança e adolescente, pois altera suas horas de sono e também o horário das refeições. No final do dia o aluno está cansado e não tem ânimo para realizar as tarefas escolares ou um estudo adicional, esse fato acaba por repercutir no aprendizado.

No caso de Palmelo as distâncias são curtas, assim o tempo gasto com viagens não é muito grande. Mas como mencionado, a precariedade do transporte acaba por se tornar um desconforto.

2.4 A Aprendizagem dos Alunos da Zona Rural em Relação aos Alunos da Zona Urbana

Alguns pesquisadores como Preston (2014) afirma que o descanso mental e do corpo ajuda a fortalecer a memória e a reter informações adquiridas, reforça a aprendizagem e estabelece conexões que facilitam aprender coisas novas.

De certa forma os alunos da zona rural acabam por ser privados do descanso e do sono pelo tempo que perdem ao se deslocar de casa até a escola. Alguns pesquisadores afirmam que os alunos residentes no campo têm defasagem de aprendizado em relação ao aluno que residem na cidade, por percorrer longas distâncias e chegar à escola já cansados. Mas não cabe aqui discutir os méritos ou não desta questão. Assim apenas investigou se o rendimento dos alunos da zona rural.

A professora Jéssica Araújo Faleiro da Escola Municipal Joaquina Darque de Palmelo afirmou o seguinte:

Devido à globalização e o avanço das tecnologias em geral pode-se dizer que são poucas as diferenças entre os alunos da zona rural e urbana, pois graças ao avanço da tecnologia hoje presente, a tecnologia tem ganhado um campo cada vez maior nas zonas rurais. Entretanto é preciso enfatizar que esses dados podem variar de uma região para outra. As diferenças mais latentes entre as duas condições de localização tratam -se do meio em que o aluno está inserido bem como o nível de estudo dos pais, a condição social, a região a cultura e a ideologia carregada pela família o longo dos anos. Na Escola Municipal Joaquina Darque de Palmelo foi possível notar que a maioria dos alunos de Zona rural não possuem tantas diferenças em relação ao

modo de aprendizagem, embora alguns tenham certa resistência a leitura e a atividades que necessitam de uma participação diferente como dança, cantar uma canção e também na parte de eventos que a escola fornece muitos conseguem se esforçarem bastante e se destacarem assim como os alunos da cidade. A maior diferença entre ambas as relações está ligada a ideologia dos pais e a cultura em que cada aluno está inserido, e esse fator influencia bastante no uso da linguagem que muitas vezes é usado de maneira inapropriada, pois muitos alunos usam da linguagem informal conforme recebem em casa na elaboração de texto ou na elaboração de respostas em algumas atividades. Contudo, esse fator não acontece somente com alunos de zona rural a diferença como foi dito anteriormente está ligada ao meio social em que o aluno está inserido e na educação que eles recebem em casa².

Já a professora Eraide Monteiro Cantuário³ do Colégio Estadual Eurípedes Barsanulfo diz que não tem diferença do rendimento de um aluno do campo com a cidade, que a diferença está no interesse do aluno e da educação de casa. Temos excelentes alunos da zona rural que são interessados a aprender e muito inteligentes, já alguns da cidade só vem para fazer bagunça.

Já a resposta dos alunos diz que não tem nada a ver o domicílio, o que manda é o interesse de querer aprender, que há hora que a fome bate e sente vontade de ir embora principalmente no último horário, e já estão cansados, mas a aprendizagem é igual a das outras aulas.

² Entrevista realizada em 14 de novembro de 2017.

³ Entrevista realizada em 16 de novembro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho monográfico possibilitou uma análise de quem vive no campo e estuda na cidade do Município de Palmelo-GO. Além disso, também permitiu uma pesquisa de campo para obter dados mais consistentes sobre o trajeto percorrido pelos estudantes no dia a dia.

Percebe-se que os sujeitos podem até aceitar as dificuldades enfrentadas, porque acreditam que a administração pública, apresentou soluções apropriadas para substituir o fechamento das escolas da zona rural. Entre elas o transporte escolar mesmo sendo às vezes um problema proporciona a ida das crianças e adolescentes a frequentarem a uma escola urbana, onde pode dar continuidade aos seus estudos, ainda que para isso seja necessário acordar as cinco horas da manhã, percorrer distancias em um carro apertado, superando o cansaço e o desgaste.

É importante destacar que os alunos correm perigo andando num carro apropriado para carregar cinco pessoas, no qual carrega sete. Percebe-se também que o carro não está em boas condições de funcionamento.

Pode-se comprovar através de conversas informais com outras pessoas que morar na fazenda e estudar na cidade não interfere nada no aprendizado, o que afeta é o interesse do próprio aluno.

Para finalizar, chega à conclusão que a prefeitura de Palmelo - Goiás não importa muito com os alunos do campo, pois há um ano que o micro-ônibus está estragado e os funcionários do transporte sequer sabem que dia vai arrumar, buscando os alunos num veículo não adequado para este tipo de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Washington Lair Urbano. **A História da Educação no Brasil: da descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996**. Disponível em: <www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/47650.pdf>. Acesso em: 09 de nov./2017.

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais**. Disponível em: <<https://books.google.com>>Education>General>. Acesso em: 09 de out./2017.

BRZEZINSKI, Iria. **Instituto de Educação de Goiás: O Movimento Instituinte-Instituído (1937-1972)**. Disponível em: <www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/479IriaBrezinskiATUAL.pdf> Acesso em: 06 de ago./2017.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. **A expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica no período 2003-2014: uma análise a partir da abordagem das capacitações**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/26166>>. Acesso em: 12 de agosto./2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=521920&search=goi%E1s|santa-cruz-de-goias>> Acesso em: 15 de nov./2017.

JUS.COM.BR. **O direito à educação nas instituições brasileiras**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29732/o-direito-a-educacao-nas-constituicoes-brasileiras>>. Acesso em: 18 de nov./2017.

MENEZES, Priscylla Karoline. Ser do campo e estudar na cidade: o ensino de Geografia e o lugar de vivência do jovem escolar. XI Encontro Nacional de ANPEGE. **ANAIS... A Diversidade da Geografia Brasileira: Escolas e Dimensões da Análise e da Ação**. Disponível em: <www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/11/364.pdf> Acesso em: 15 de nov./2017.

MENEZES, Priscylla Karoline. SILVA, Rusvênia Luiza B. R. **Escolas do campo de Goiás**. Disponível em: <www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1353_1.pdf>. Acesso em: 08 de ago./2017.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. **A Educação no Estado Militar: (1964-1985)**. Disponível em: <www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/.../176_AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf> Acesso em: 02 de ago./2017.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7ed. São Paulo: Editora Ática, 2002, 56p.

PREFEITURA DE PALMELO. **Aquisição de veículo zero km para transporte escolar**. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=665973&TipoConsulta=0&UF=GO&CodMunicipio=9513&CodOrgao=&Pagina=&Periodo>>.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura histórica e história ensinada em Goiás.** (1846-1934). Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1225>>. Acesso em: 07 de nov./2017.

RODRIGUES, Anderson de Brito; ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. **Desenvolvimento histórico da instrução pública em Goiás.** Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_.../mmAtFVAO.pdf>. Acesso em: 12 de ago./2017.

VALDEZ, Diane. **Retratos da Educação Escolar em Goiás no Século XX.** Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0345.pdf>. Acesso em: 12 de ago./2017.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Qual o futuro das escolas no campo?** Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000300049&script=sci...tlnng...> Acesso em: 08 de ago./2017.